

“JOÃO PEDRO TEIXEIRA: MÁRTIR DO LATIFÚNDIO”

Membro do MP é homenageado em lançamento de livro sobre o líder camponês da Paraíba

Foi lançado, na semana passada, o livro “João Pedro Teixeira: mártir do latifúndio”, do jornalista Nonato Nunes na cidade de Itabaiana, sertão paraibano. Durante a solenidade, o prefeito do Município, Antônio Carlos Melo Junior homenageou personalidades que se destacaram na resistência à ditadura militar de 64, entre eles, o membro inativo do Ministério Público da Paraíba e ex-deputado, Agassiz Almeida. Também receberam homenagens os políticos pernambucanos, Miguel Arraes e Francisco Julião in memoriam, assim como, a viúva de João Pedro, Elizabeth Teixeira.

Agassiz Almeida, defensor e ativista das Ligas Camponesas, falou sobre a vida de João Pedro e sua luta, entre os proprietários rurais e os camponeses. “João Pedro foi um homem atuante e nunca se calou diante das injustiças. Sua morte solidificou o movimento ganhando força por meio dos deputados socialistas Assis Lemos, Figueiredo Agra, Arroxelas, Miguel Arraes, Francisco Julião, entre outros”, contou.

Elizabeth Teixeira, ícone da resistência democrática, destacou que o assassinato covarde de João Pedro



EM ITABAIANA

Agassiz Almeida foi homenageado por sua resistência à ditadura militar de 64

Teixeira visou deter as lutas camponesas pela reforma agrária. “Jamais cederemos. Mesmo com o peso da minha idade, eu continuo a luta de João Pedro Teixeira, e estarei sempre empunhando a bandeira que ele defendeu”, assegurou a viúva.

O livro trata da trajetória de um líder camponês morto por milícias de produtores rurais da várzea do rio Paraíba, atuantes na década de 1960, que combatiam as organizações dos trabalhadores rurais.

QUEM FOI JOÃO PEDRO TEIXEIRA

João Pedro Teixeira nasceu em 4 de março de 1918, em Pilõesinhos, naquele tempo um distrito do município de Guarabira (PB). Ele é considerado um mártir da luta pela terra no Nordeste do país. A sua ousadia despertou a ira dos latifundiários da época, a ponto de em 1962 terem sido acusados de mandar matar João Pedro Teixeira.



REGISTRO

João Pedro Teixeira com a família, em foto produzida três meses antes do líder camponês ter sido assinado

Livro comemorativo aos 10 anos do Estatuto do Idoso é lançado em Brasília

Foi lançado, nesta semana, o livro “Estatuto do Idoso – Dignidade Humana em Foco”, comemorativo dos 10 anos do Estatuto do Idoso. A publicação foi coordenada pela Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid), que tem como presidente o procurador de Justiça Valberto Lira, e editada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O lançamento ocorreu durante o 3º Encontro Ibero-Americano sobre Direitos Humanos das Pessoas Idosas na Região, em Brasília. Valberto Lira entregou um exemplar da publicação ao procurador-geral de Justiça, Bertrand Asfora e informou que uma versão eletrônica do livro será encaminhada a todos os promotores de Justiça do Ministério Público da Paraíba.

O livro contém 19 artigos elaborados principalmente por promotores e procuradores do Ministério Público que militam na área divididos em três partes: “O cenário do envelhecimento populacional e o significado do estatuto do idoso na construção da cidadania”, “O Estatuto do Idoso e as especificidades de atendimento da população idosa” e “A proteção ao idoso brasileiro ou a judicialização da cidadania”, além do conteúdo do próprio estatuto.



VISITA AO PGJ

Valberto Lira entregou exemplar do livro ao procurador-geral do MPPB, Bertrand Asfora

CNJ encaminha ao Senado anteprojeto que regulamenta a mediação

Foi entregue esta semana ao Senado Federal o anteprojeto de Lei que prevê a regulamentação da mediação e sua tentativa de utilização em qualquer tipo de litígio. A medida visa fortalecer a cultura da negociação como forma de prevenir e resolver conflitos, reduzindo, dessa forma, a entrada de novos processos na Justiça. De acordo com dados de 2011 do Relatório Justiça em Números, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cerca de 90 milhões de processos tramitam no Judiciário do país.

Criado por uma comissão de juristas da Secretaria de Reforma do Judiciário, da qual fazem parte o conselheiro do CNJ Emmanoel Campelo, o desembargador José Roberto Neves Amorim, e o juiz André Gomma, membros do Comitê Gestor do Movimento Permanente pela Conciliação do CNJ, o texto regulamenta três tipos de mediação: a extrajudicial (casos que ainda não foram parar nos tribunais), judicial (que já viraram processo na Justiça) e pública (realizada por órgãos da administração pública).

A mediação, assim como a conciliação, é uma técnica de resolução de conflito por meio de uma terceira pessoa não envolvida com o problema. Apesar de não necessitar de juiz, todos os acordos obtidos por meio de conciliação ou mediação têm validade jurídica. "Qualquer pessoa pode ser um mediador, desde que devidamente capacitado e detentor de reputação ilibada", completou o conselheiro.

Vale ressaltar que a mediação não se aplica em conflitos que tratam de filiação, adoção, pátrio poder e nulidade de matrimônio. Também não se aplica nos casos de interdição, recuperação judicial e falência ou medidas cautelares.

SEMANA



CONAMP se reúne com relator do PL que regulamenta a investigação criminal

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) se reuniu com o deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), que é presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e relator do PL 5776/13, para debater sobre o projeto, que dispõe sobre a regulamentação da investigação criminal.

O PL 5776/13 é de autoria da deputada Marina Santana (PT/GO) e defende que a investigação criminal será materializada em inquérito policial ou o inquérito penal, a depender da autoridade que o preside, ressalvados os crimes militares e as infrações penais de menor potencial ofensivo.

Membros do Ministério Público participam de curso de gerenciamento de crises

Promotores de Justiça participaram do II Curso de Gerenciamento de Crises, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) do Ministério Público da Paraíba, Fundação Escola Superior do Ministério Público (Fesmip-PB) e Polícia Militar. Os membros tiveram aulas sobre estágios da crise, elementos essenciais de inteligência, processo de gerenciamento de crises, soluções policiais, estratégias de negociação, estudos da síndrome de Estocolmo e Londres, técnicas de negociação, entre outros.

Rodrigo Janot empossa procuradores-chefes do MPF

O procurador-geral da República Rodrigo Janot empossou em Brasília procuradores-chefes e procuradores-chefes substitutos de todas as unidades do Ministério Público Federal. A posse coletiva dos chefes de todas as unidades do MPF permite que os mandatos acompanhem o do próprio procurador-geral da República, permitindo o aprimoramento da gestão e da sustentabilidade orçamentária da instituição.